

Em cenário tecnológico a audiência também publica

Mágda Cunha

Resumo

Muitos conceitos iluminados pelas tecnologias de comunicação, nascidas na última década, começam a cercar o jornalismo, especialmente por intermédio de suas práticas. Repórter cidadão, jornalismo colaborativo, escrita coletiva e até mesmo o básico conceito de credibilidade passam por intenso debate. Neste texto, o objetivo é refletir sobre o cenário em que esses conceitos se relacionam e provocam uma mudança no comportamento das empresas de comunicação que, cada vez mais, abrem portas para a participação do público em espaços de narração antes ocupados apenas por jornalistas. Na reflexão, busca-se descrever esse contexto e também lançar um olhar sobre a história, para a importância dos registros que se transformam em conhecimento e constroem uma intensa relação entre narrador e leitor.

Palavras-chave:

Jornalismo, Tecnologias, Colaboração, Escrita coletiva, Jornalismo cidadão

Abstract

Many concepts illuminated by communication technologies were born in the last decade and now start surrounding journalism, especially via practice. Citizen reporter, collaborative journalism, collective writing and the basic concept of credibility are under intense debate. This paper aims to reflect on the scenario where these concepts relate to each other and provoke a change in behavior of the communication companies that, each time more, open the doors for public participation to spaces until recently exclusively occupied by journalists. We try here to describe this context and to look at history, at the importance of records that transform themselves into knowledge and build up an intense relation between narrator and reader.

Key words:

Journalism, Technologies, Collaboration, Collective writing, Citizen journalism

As possibilidades tecnológicas hoje permitem à audiência publicar. Esta emissão vinha acontecendo por intermédio de mídia não convencional, como os blogs ou sites organizados exclusivamente pelo público para o público. A tradicional competição pelo furo de reportagem, porém, tem levado os próprios veículos a incluírem a audiência entre seus narradores. Esta iniciativa traz à tona outra discussão: quem tem a responsabilidade pela informação encaminhada pelo público? De uma parte, muitos acreditam que a responsabilidade é, em maior grau, dos veículos e não do repórter cidadão. De outra, analistas pensam que a contribuição do jornalismo cidadão está na presença do indivíduo no lugar certo, na hora certa.

Mesmo que o tema já esteja em pauta há algum tempo, o que deflagrou o debate no Brasil foi a cobertura do acidente com o avião da TAM, no dia 17 de julho de 2007. No dia 18 de julho, conforme relata a revista *Imprensa* (agosto/2007), uma das fotografias que ilustrava a *home* do *UOL* sobre o acidente havia sido enviada por um usuário. A imagem, porém, não passava de uma fotoromagem. Foram os leitores que detectaram o erro e enviaram mensagens ao ombudsman e à redação. O incidente, de acordo com a revista, põe em xeque a atuação do jornalismo cidadão ou colaborativo. O fenômeno tem origem na internet e levou os veículos a criarem seções voltadas ao jornalismo colaborativo.

Algumas situações podem ser mencionadas, como a gravação do enforcamento de Saddam Hussein, em 2006, os atentados em Madri, em 11 de março de 2004, e em Londres, em 7 de julho de 2005. A intensa participação ocorreu basicamente pelas possibilidades de captura de imagens e sons e também

Diante deste cenário, emergem as perguntas sobre quais lugares ocupados tanto pelo narrador quanto pelo jornalista e também quais os limites para a narração deste repórter cidadão

facilidades de envio, proporcionadas pelas tecnologias móveis. Também em 2007, o *UOL* colocou on-line o Banco de Redações, uma plataforma por intermédio da qual os internautas podem encaminhar textos, que serão selecionados e comentados publicamente. Essa, porém, não é única iniciativa de parte de uma empresa de comunicação para possibilitar a participação da audiência. Muitas têm sido registradas, adotando formatos baseados no texto ou mesmo em vídeo.

Diante deste cenário, emergem as perguntas sobre quais lugares ocupados tanto pelo narrador quanto pelo jornalista e também quais os limites para a narração deste repórter cidadão.

Jornalismo cidadão

A pesquisa intitulada *The State of the News Media 2007*, quando aborda a questão da Mídia Cidadã, relembra o pensamento de James Carrey, professor da Columbia University, que descreveu o jornalismo essencialmente como uma conversa entre cidadãos. Segundo ele, comunicação é cultura e o que se constrói é uma comunidade de conversadores, de pessoas que falam umas com as outras, que resolvem disputas enquanto falam.

Os dados da pesquisa, que indica a situação da mídia nos Estados Unidos anualmente, apontam que em 2006 o chamado jornalismo cidadão continuou a crescer como parte do jornalismo on-line. Mesmo mudando de nome, de web sites pessoais para blogs, todos têm uma característica em comum: o entusiasmo das pessoas em criar pessoalmente, participando das notícias diárias. Jornalismo cidadão, de acordo com a pesquisa, trata-se da redescoberta da verdade essencial que Carey cunhou antes mesmo de a internet ser inventada.

Gillmor (2005) lembra que quando começou a década de 90 os computadores pessoais estavam amplamente espalhados, mas as pessoas conectadas eram em número ainda reduzido. Nos dez anos seguintes, porém, várias possibilidades começam a se desenhar, chegando a um cenário preparado para o aparecimento de um novo gênero de informação. Entre os retoques que faltavam, de acordo com Gillmor, estava a possibilidade de proporcionar às pessoas comuns as ferramentas necessárias para poderem entrar no diálogo que emergia na sociedade. Outro aspecto, citado pelo autor, era de natureza cultural, voltado à percepção de que colocar as ferramentas em milhões de mãos poderia dar origem a uma comunidade sem equivalente no passado.

No início do século, observa Gillmor (2005), os alicerces essenciais do emergente jornalismo cívico estavam construídos. A web já era um lugar onde organizações noticiosas tradicionais e os “recém-chegados” exerciam a velha profissão com ferramentas melhoradas. Todavia, no dia 11 de setembro de 2001, com a explosão do World Trade Center, o catalisador, que mostraria os limites, se materializou.

De muitos para muitos ou de alguns para alguns, como estabelece Gillmor, o blog é o meio de comunicação. Na opinião do autor, os blogs e respectivos ecossistemas expandem-se para o espaço que está entre o email e a web, podendo construir o elo que faltava na cadeia de comunicação. São a ferramenta que mais se aproxima da concepção original de uma web interativa e a primeira a tornar mais fácil a publicação na internet.

A definição de blog apresentada por Gillmor (2005) ainda é esclarecedora, num

**Silenciosamente,
o jornalismo
cidadão deixa de
ser uma iniciativa
amadora e assume
características
profissionais**

contexto em que os diários assumem formatos os mais variados. Trata-se de um jornal on-line, composto de hiperligações e apontamentos em ordem cronológica invertida, onde o apontamento mais recente ocupa o topo da página. Eles abrangem toda a gama de assuntos e estilos, podendo ser um comentário apressado sobre acontecimentos correntes, mostrar uma série de meditações pessoais ou de comentários e reportagens sobre política.

De sua parte, as grandes empresas de informação, conforme reflete Gillmor (2005), se dispõem a ouvir o seu público, tendem a não ultrapassar certos limites. Os blogs, por sua vez, têm levado tempo para impor-se nos meios convencionais. Em muitos países, cresce o número de jornais que permite a publicação de fotografias ou histórias narradas pelo próprio leitor. Silenciosamente, o jornalismo cidadão deixa de ser uma iniciativa amadora e assume características profissionais. Aumentam também, de acordo com a pesquisa *The State of the News Media*, o número de leitores de blogs. Porém, um dado interessante diz respeito à motivação para produção de blogs. Cinquenta e dois por cento dos blogueiros pesquisados nos Estados Unidos usam o blog para expressar-se criativamente e 50 por cento para documentar suas experiências pessoais.

Escrita coletiva, narrador e leitor

As possibilidades tecnológicas de produção de informação por parte do leitor ou da audiência trazem de volta repetidamente os debates que envolvem o papel do narrador e o papel do leitor no processo de narração de uma informação. Quais os limites da interferência do leitor é a pergunta. E, certamente, isto não é novo ou detonado apenas pela existência das modernas tecnologias.

As formas de organizar a informação têm raízes localizadas nas tentativas de sistematização do conhecimento nas cidades durante o século XVIII. Dentro e fora dos espaços urbanos, conforme descreve Burke (2003), são parte de um processo mais amplo de elaboração ou processamento que inclui compilar, checar, editar, traduzir, comentar, criticar e sintetizar. À medida que a informação se deslocava na rota do campo à cidade, um número significativo de indivíduos acrescentava sua contribuição. Assim, o conhecimento era produzido no sentido de que novas informações se transformavam no que era visto, ao menos pelos letrados, como conhecimento.

Para que pudesse ser utilizado com eficácia, esse conhecimento precisava ser assimilado ou adaptado às categorias da cultura européia. Esse processo de assimilação tinha lugar no ambiente urbano. As cidades, conforme relata Burke (2003), são descritas como “centros de cálculo”, lugares em que a informação local de diferentes regiões e relativa a diferentes tópicos é transformada em conhecimento geral na forma de mapas, estatísticas etc. Um dos exemplos é a antiga Alexandria, com sua biblioteca, onde estudiosos transformavam o conhecimento local em geral.

As primeiras cidades modernas são lembradas ainda como centros de crítica e síntese. O processamento do conhecimento desse modo era uma atividade coletiva em que os estudiosos participavam ao lado de burocratas, artistas e impressores. Esse tipo de colaboração só se faz possível em cidades suficientemente grandes para reunir maior variedade de ocupações especializadas.

A classificação do conhecimento também é aspecto significativo. No caso específico

A idéia de floresta contemporânea ou especificamente de escrita coletiva encontra hoje seu melhor exemplo na *wikipedia*

das enciclopédias, o impulso para a mudança veio da invenção da imprensa. A indústria da impressão teve conseqüências importantes, tornando as enciclopédias disponíveis com maior rapidez e amplitude e fazendo-as mais necessárias do que antes, especialmente para guiar os leitores através da crescente “floresta” do conhecimento impresso, como reflete Burke (2003).

A idéia de floresta contemporânea ou especificamente de escrita coletiva encontra hoje seu melhor exemplo na *Wikipedia* (www.wikipedia.org), enciclopédia produzida coletivamente. O objetivo, descreve Primo (2003), é produzir uma enciclopédia que reúna o conhecimento humano em profundidade e abrangência. Por ser digital, tem sua estrutura disposta em rede, sem uma hierarquia que organize verbetes ou a própria consulta.

Na mesma linha, os autores dos blogs, observa Primo, possibilitam que o leitor interfira no texto do blogueiro, completando-o ou construindo-o.

Essa rede de relações que permeia a rede dos *blogs* poderia representar as associações que todos os blogueiros e internautas realizaram ao ler o mesmo texto, apresentando suas próprias contribuições, como todas escritas em um livro. Essas notas, representadas pelas opiniões e comentários das pessoas formam intrincadas trilhas hipertextuais, dentro da própria rede, que são constantemente modificadas e trabalhadas pelos autores que lerão o texto em seguida. Cada internauta pode, portanto, observar as associações dos outros leitores e colocar também as suas. Trata-se, deste modo, de uma construção coletiva (Primo, 2003:58).

Mas essas características trazem a discussão referente à autoria. Se a escrita coletiva, a atividade do jornalista cidadão, os blogs e tantos outros canais provocam o debate sobre a existência de um único autor ou de um autor conhecido, no final da Idade Média isto também estava em pauta. Desse período em diante, houve crescente exploração do conhecimento para o ganho e a necessidade de proteger os segredos do ofício, como propriedade intelectual valiosa.

Burke (2003) considera útil distinguir duas concepções de texto ou de imagem na época, a individualista e a coletivista. Na primeira, o texto é visto como propriedade de um indivíduo, porque foi obra de um cérebro individual. É isto marca uma cultura fortemente individualista. No segundo caso, o texto é visto como propriedade comum porque cada novo produto deriva de uma tradição comum. Essa visão predominou durante a Idade Média, conforme evidencia a tradição das cópias. Os escribas que copiavam manuscritos se sentiam livres para fazer acréscimos e alterações. Da mesma forma, os estudiosos que produziam obras novas, se sentiam livres para incorporar passagens de seus predecessores. A tendência a atitudes mais individualistas foi estimulada pela possibilidade de impressão, que ajudou a fixar e difundir os textos, simultaneamente.

Chartier (1998:39) relata que depois do nascimento da função do autor coloca-se a questão da condição do autor. “Os autores que tentarão viver de sua pena só irão aparecer realmente no século XVIII. Um autor emblemático como Rousseau aspirará a essa nova condição. Antes disso, a cessão dos manuscritos aos livreiros-editores não assegurava de modo algum rendas suficientes.”

**Apreendido pela
leitura, o texto
não tem, de modo
algum, o sentido
que lhe atribui
seu autor, seu
editor ou seus
comentadores.
É o leitor quem
determina os
tempos de leitura.
Porém, essa
liberdade não é
jamais absoluta**

Já o papel do leitor e os atos de leitura são analisados por Chartier (1998:77) ao citar Michel de Certeau. A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados de parte do leitor. Apreendido pela leitura, o texto não tem, de modo algum, o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. É o leitor quem determina os tempos de leitura. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Porém, essa liberdade não é jamais absoluta, mas cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam as práticas de leitura. Mudam os gestos segundo os tempos e lugares; os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. “Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler.”

Burke (2003:161) ressalta que a aquisição do conhecimento depende não só da possibilidade de acesso a acervos de informação, mas também da inteligência, pressupostos e práticas individuais. “A história das maneiras de ouvir e das maneiras de ver não foi estudada em profundidade, mas a história da leitura atraiu bastante atenção nas duas últimas décadas, levando, por exemplo, a uma nova maneira de escrever a história da ciência.” Alguns autores discutem os vários tipos de leitura, como a extensiva, um simples folhear ou passar de olhos, sugerindo que uma mesma pessoa poderia, no século XVII, a exemplo do que acontece hoje, praticar diferentes estilos de leitura.

Os estudantes, por sua vez, podiam tomar notas sobre os textos. De acordo com Burke (2003), uma história das anotações

seria uma contribuição valiosa para a história intelectual. São notas sobre palestras, algumas das quais chegam dos séculos XVI e XVII, além de notas de viagens, feitas por razões educativas. As anotações podiam ser feitas nos próprios textos, o leitor sublinhando passagens ou escrevendo na margem.

O exemplo do rádio

As discussões em torno da possibilidade de produção coletiva ou descentralizada não são exclusividade das tecnologias baseadas na escrita ou na impressão. Bertolt Brecht (1984), no texto *Teoria do rádio*, lembra que a radiodifusão em sua primeira fase tem como objetivo a substituição do teatro, da ópera, dos concertos, das conferências e da presença local. Desde o princípio, a radiodifusão imita quase todas as instituições existentes que tem algo a ver com a difusão da palavra e do canto. O dramaturgo busca então uma proposta para mudar o funcionamento do rádio, convertendo-o de aparato de distribuição em aparato de comunicação. O rádio é, de acordo com o pensamento de Brecht, o mais fabuloso aparato de comunicação imaginável da vida pública, um sistema de canalização fantástico, se não fosse capaz apenas de transmitir, mas também de receber. A radiodifusão deve afastar-se de quem a abastece e constituir os ouvintes em abastecedores.

A tarefa da radiodifusão não se esgota em transmitir as informações. Organiza a maneira de pedir informações, *converter as informações dos governantes em respostas às perguntas dos governados* (Brecht, 1984). Se o teatro se dedica ao drama épico, à representação pedagógico-instrumental, o rádio pode então pôr em

Brecht afirma que a burguesia inventa o rádio, mas não tem o que dizer

prática uma forma inteiramente nova de propaganda em favor do próprio teatro, que é a informação real, uma informação indispensável. Com esse artigo, nos anos 30, Brecht busca uma utilização para o rádio, que dá voz aos ouvintes, fazendo da radiodifusão um aparato de comunicação da vida pública.

Brecht (1984) tem uma visão otimista sobre o rádio, que para ele é um verdadeiro meio de comunicação, e não simplesmente de difusão. Todavia, seu otimismo vai se confrontar com o uso dado pelos nazistas. O autor afirma que a burguesia inventa o rádio, mas não tem o que dizer. Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, por sua vez, é consciente das possibilidades de manipulação política do rádio, a ponto de considerar esse meio como uma das mais importantes armas da propaganda.

O escritor sustenta que não é o público quem espera pelo rádio, mas sim o rádio que espera o público. Acrescenta, para caracterizar de forma mais exata, a situação da radiodifusão, que não é a matéria-prima que, em virtude de uma necessidade pública, espera métodos de fabricação, mas esses métodos buscam ansiosos uma matéria-prima. “De repente, se teve a possibilidade de dizer tudo a todos, mas não se tinha nada a dizer. E quem eram todos?” (Brecht, 1984:88). Essa é a radiodifusão em sua primeira fase, como substituto. Substituto do teatro, da ópera, do concerto, das conferências, do café-concerto, entre outros.

Desde o princípio, a radiodifusão imitou quase todas as instituições existentes que têm algo a ver com a difusão da palavra ou do canto: na Torre de Babel surgiu uma confusão e uma justaposição que não podia passar despercebida” (Brecht, 1984:88).

Na época, Brecht afirmava que somente a radiodifusão pode organizar o diálogo entre o comércio e os consumidores sobre a normalização dos artigos de consumo, os debates sobre a elevação no preço do pão. As instituições ideológicas vêm sua missão principal em manter intranscendente o papel das ideologias, de acordo com um conceito de cultura, segundo o qual a configuração da cultura já está terminada e não tem necessidade de nenhum esforço criador continuado. Para ele, o público não só deve ser instruído, como também deve instruir.

Motivações do público

Os formatos de produção coletiva de informação ou de instrução de parte do público têm sido complementar à produção de informações, apesar as muitas tentativas de alguns autores, a exemplo de Brecht, para que isto fosse diferente. Um novo contexto, influenciado pelas modernas tecnologias de produção e publicação, provoca uma reinvenção dos modelos midiáticos convencionais, numa convivência em alguns momentos harmoniosa e em outros, competitiva. Isto especialmente pela exacerbada individualização por intermédio da qual se produz muita informação na internet. Os meios tradicionais precisam reinventar-se para esta convivência. O papel do jornalismo se mantém, porque segue existindo baseado na técnica do fazer jornalístico, papel assumido por um profissional ou outro narrador independente.

Este narrador independente ocupava o lugar do leitor. Nesta reinvenção é fundamental reconhecer o espaço da produção que agora ocupa o que se conhecia como audiência, recepção ou público. Santaella (2004) descreve o leitor do ciberespaço, chegando

Na construção de fronteiras tênues entre narrador e leitor, que juntos produzem conteúdos, discute-se o comportamento do jornalismo em um cenário de reinvenção

ao conceito de leitor imersivo. O que parece certo, segundo a autora, é que, no contexto comunicacional da hipermídia, o infonauta lê, escuta e olha ao mesmo tempo. Acrescenta-se nesta reflexão que este mesmo infonauta também produz, somando mais uma dimensão às atividades de navegação já descritas. Não se trata mais de exclusão, mas de sobreadição, como define Augé (2006). O autor entende que a sociologia real ou a sociedade real é mais complexa do que os modelos que tentam dar conta dela. Na realidade concreta, os elementos que justificam ou dirigem a elaboração de modelos interpretativos não se excluem, se sobreadiçionam.

Santaella (2004:183) avalia a conexão entre as mídias e aponta para os indicadores segundo os quais as tecnologias portáteis serão muito importantes. “De todo modo, quer se trate de agendas eletrônicas, telefones celulares, *palmtops* ou computadores portáteis, os instrumentos cotidianos do homem do século XXI serão nômades, comunicativos e inteligentes.” Navegar, como afirma Santaella (2004), veio para ficar, pois se trata de uma atividade performativa e cognitiva que não está presa a um único tipo de equipamento. O que permanece, de acordo com o seu pensamento, é o leitor imersivo, cuja principal característica é a interatividade.

Jornalismo em cenário reinventado

Na construção de fronteiras tênues entre narrador e leitor, que juntos produzem conteúdos, discute-se o comportamento do jornalismo em um cenário de reinvenção. Os conceitos básicos de narração jornalística relacionados aos acontecimentos, embora vulgarizados, afirma Genro Filho (2004), se impõem em qualquer reflexão da área. “A história do dia-a-dia” implica que a informação

jornalística requer uma determinada elaboração subjetiva, no sentido que não é um reflexo direto da realizada, como quer a concepção acadêmica. Implica ainda numa totalização mais ampla do que as meras circunstâncias nas quais o fato está envolvido.

A referência ao cotidiano leva à reflexão de que, segundo Genro Filho (2004:164), não apenas os grandes acontecimentos formam a matéria-prima da informação jornalística. “Muitos fenômenos, aparentemente sem importância, por estarem inscritos no seio de conflitos fundamentais da sociedade e por possuírem um sentido latente, podem ser objeto do jornalismo.”

Genro Filho lembra que o jornalismo é um processo sistemático de transmissão coletiva de informações, cristalizadas em eventos singulares, historicamente determinados pelo desenvolvimento das relações capitalistas e pela decorrente complexificação da sociedade e diversificação dos papéis sociais. Essa cristalização da informação nos eventos singulares, matéria-prima do jornalismo, indica que a singularidade está relacionada a outros conceitos.

Existe uma relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, categorias do pensamento que representam aspectos objetivos da realidade. Cada um desses conceitos (singular, particular e universal) é o reflexo verdadeiro de uma das diferentes dimensões da realidade, que contem em si as demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se constroem reciprocamente e se expressam através dessas categorias (Genro Filho, 2004:165).

A referência ao cotidiano leva à reflexão de que, não apenas os grandes acontecimentos formam a matéria-prima da informação jornalística

O autor explica que no universal estão contidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade, estão contidos o particular e o universal, dos quais é parte integrante. O particular é o ponto intermediário entre eles, a síntese das demais determinações. Na sociedade, de acordo com o autor, nem tudo que representa informação tecnicamente definida revela-se significativo no processo global das relações sociais. Não importa unicamente o aspecto quantitativo da informação para que ela seja eficaz. Interessa ao homem informações vinculadas aos processos básicos da sociedade e suas contradições. O jornalismo não só fornece subsídios para a ciência histórica, como tem função social semelhante. Porém, a informação jornalística enquanto não incorporada à generalização histórica age na sociedade numa dimensão temporal mais “estreita”.

A credibilidade e a verdade das informações divulgadas pelo cidadão-repórter são hoje também centros do debate. Lage (1982:97) afirma que cada coisa ou enunciado que se diz ser verdade é antes coisa verdadeira ou enunciado verdadeiro. A primeira tese a considerar, quanto a este aspecto, refere-se à lingüística: verdade provém do atributo verdadeiro. A verdade é uma abstração que existe objetivamente como qualidade. Subjetivamente, existirá ainda como memória do instante fugaz de uma descoberta ou revelação. “Nessa memória e nesse instante reside a experiência da verdade, da mesma forma que a liberdade na libertação e a beleza no deslumbramento do belo. São quadros mentais de grande intensidade, porém eventualmente enganosos”.

Nesse sentido, as chamadas ideologias práticas investigam ou criam condições para que surja uma demanda de certezas, descompressões ou encantamentos.

Quanto espero que o leitor comungue da minha crença na evidência dessas explicações, não dou por verdadeiros que seja o caso de todo leitor; baseio-me na probabilidade de que o leitor tenha alguma informação geral a respeito e na presunção de que concorde. Verdadeira é, pois, minha suposição; ela é real tanto quanto pode ser um raciocínio ou sentimento, não como pode ser um muro ou uma pérola (Lage, 1982: 98-99).

Considerações finais

Nas suposições de quem produz informação jornalística, as práticas da área vêm sendo construídas. Paralelamente, as formas de expressão e os canais de comunicação ampliam-se historicamente e chegam em grande diversidade ao horizonte do século XXI. Seguindo a linha de pensamento de Augé, entende-se que o cenário é de sobreadição, complementação. Muito do que se falava há alguns anos, que os *blogs* suplantariam a mídia convencional, parece antiquado, de acordo com a pesquisa *The new state of media*. As relações entre os *blogs* e a mídia tradicional parecem ser mais complementares com o passar do tempo. O jornalismo cidadão e a interatividade prometida enriquecem o potencial do jornalismo tradicional.

Cada vez é menos pertinente apontar para o fim de qualquer formato, mas é cada vez mais adequado falar em reinvenção. Ratificando o que afirma Augé, não se pode falar em fim da história ou mesmo obsolescência do jornalismo. Neste ambiente cada

A reinvenção energizada pela internet traz à tona um mundo em que um produtor de texto pode ser imediatamente o editor, no sentido daquele que dá forma ao texto e daquele que o difunde diante de um público de leitores

vez mais complexo e de sobreadições, a reinvenção dos modelos é o resultado de uma história contada e recontada, na qual o leitor passa também a narrador. É necessário reconhecer que se vive em um contexto de mudanças culturais. Os papéis e as técnicas podem sofrer modificações e algumas tornar-se obsoletas. Mas tudo dependerá de alterações culturais significativas.

A reinvenção energizada pela internet traz à tona um mundo, como afirma Charrier (1998), em que um produtor de texto pode ser imediatamente o editor, no sentido daquele que dá forma ao texto e daquele que o difunde diante de um público de leitores. Na rede eletrônica esta difusão é imediata.

Esse imediatismo tem levado as empresas de comunicação, que antes ouviam seu público com certa cautela, a abrirem mais espaços para a audiência. De sua parte, os leitores, ouvintes ou telespectadores, como foram tradicionalmente conhecidos, sentem-se motivados a produzir, seja por intermédio da mídia convencional, seja de maneira alternativa. Sua motivação: expressar-se criativamente. Isso, porém, deruba as fronteiras sólidas entre o lugar do narrador e o lugar do leitor. Fronteiras que muitos entenderam assim. Um olhar mais apurado sobre a história possibilita ver que a disputa pela autoria, pelos registros, armazenamento ou classificação já eram pauta na Idade Média. Conceitos de produção coletiva ou individual faziam parte dos debates, incluindo o próprio individualismo do consumo de textos.

No século XX, o desenvolvimento do rádio, dando início então a era da mídia eletrônica, fez com que Brecht defendesse que os ouvintes deveriam ser abastecedores. E são esses abastecedores que chegam como

leitores do ciberespaço, envolvendo-se, em alguns momentos, com fenômenos eminentemente jornalísticos, talvez aqueles de menor importância, distante dos grandes acontecimentos. Porém, motivados pelas empresas, que enxergam neles os narradores certos, nos lugares certos, ou seja, diante do fato, esses leitores passam a uma outra dimensão e vêm questionada a credibilidade dessa mesma narração.

Na essência, vive-se realmente em um cenário de sobreadições. As empresas, por sua vez, têm como interesse evidenciar ao seu público que na mídia convencional também há espaço de participação e interatividade, considerando-se os limites historicamente impostos. A audiência busca apenas a expressão criativa e não o jornalismo. Mesmo assim, os limites de narração tornam-se sutis e provocam uma reflexão mais atenta sobre o papel das práticas jornalísticas.

Sobre a autora

Magda Cunha, jornalista, doutora em Letras, professora da PUC/RS
e-mail: magda.cunha@uol.com.br

Referências

AUGÉ, M. Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. In Moraes, Denis. *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BRECHT, Bertolt. Teoria de la radio. In: _____. *El compromiso en literatura y arte*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1984.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro, do leitor ao navegador*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. Sobre a necessidade de uma teoria do jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.1, n.1. Florianópolis: UFSC / Insular, 2004.

GILLMOR, DanNós. *Os media*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PRIMO, Alex. Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva a partir dos Blogs e da Wikipedia. Revista FAMECOS, Porto Alegre, número 22, dezembro, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

Revistas

Imprensa, Jornalismo e Comunicação – Ano 20 – número 226 – Agosto/2007.

Sites

<http://www.stateofthedia.org/2007/index.asp>